



O SIGNIFICADO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA PARA MULHERES VÍTIMAS DE PARCEIROS ÍNTIMOS¹

THE MEANING OF PSYCHOLOGICAL VIOLENCE FOR WOMEN VICTIMS OF INTIMATE PARTNERS

Danielly Brandão Horning Marocki²

Maria Cristina Antunes³

Resumo: A violência psicológica por parceiro íntimo causa impactos significativos na saúde da mulher. Pensar sobre essa perspectiva de gênero leva a refletir sobre como as mulheres percebem o tema. O objetivo da pesquisa foi compreender os significados da violência psicológica no olhar de mulheres vítimas de violência por parceiro íntimo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez mulheres. Por meio da análise de conteúdo, desenvolveram-se cinco categorias: gênero, fatores de vulnerabilidade para a violência psicológica, ciclo da violência, fatores que dificultam a percepção da violência e consequências da violência psicológica. Os resultados encontrados mostram o quanto a violência psicológica é estrutural e naturalizada entre os parceiros. Sua complexidade e compreensão enraízam-se nas relações e diferenças de gênero tradicionais. Desenvolvem-se ciclos que, com vulnerabilidades, como a assimetria de poder, dificultam o rompimento das relações violentas e trazem consequências para a saúde global da mulher, tais como abuso de álcool, dores físicas e emocionais.

Palavras-chave: Violência psicológica; Violência por parceiro íntimo; Gênero; Violência contra a mulher.

Abstract: Psychological violence by an intimate partner has significant impacts on women's health. Thinking about it from a gender perspective leads to reflections on women's perception of the issue. The objective of the research was to understand the meanings of psychological violence in the perspective of women who are victims of violence by intimate partners. Semi-structured interviews were conducted with ten women. Through content analysis, five categories were developed: gender, vulnerability factors for psychological violence, cycle of violence, factors that hinder the perception of violence, and consequences of psychological violence. The results found show how much psychological violence is structural and naturalized between partners. Its complexity and understanding are rooted in traditional gender relationships and differences. These cycles, together with vulnerabilities, such as power asymmetry, make it difficult to break off violent relationships and have consequences for women's global health, such as alcohol abuse and physical and emotional pain.

Keywords: Psychological violence; Intimate partner violence; Gender, Violence against women.

1 Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua violência como qualquer ato deliberado, envolvendo força física ou demais tipos de poder. Quando expressada de maneira ameaçadora ou concreta, suas consequências desencadeiam-se em lesão, morte ou dano

¹ Estudo referente à dissertação de mestrado em Psicologia Forense na Universidade Tuiuti do Paraná.

² Mestre em Psicologia Forense pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Docente da Faculdade UNISE. Campo Largo, Paraná, Brasil. E-mail: danielly.brandao.horning@gmail.com

³ Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Curitiba, Paraná, E-mail: mcrisantunes@uol.com.br



psicológico contra si, contra o outro, ou até mesmo são dirigidas a grupos ou comunidades (WHO, 2022). Sua disseminação ocorre por meio de alguns subtipos, como a violência auto infligida, interpessoal e coletiva. Devido às suas diversas expressões, a violência provoca rupturas no indivíduo, visíveis ou não, de forma passageira ou permanente (Campos *et al.* 2020; WHO, 2008).

Entre as várias manifestações da violência, a mais expressiva relaciona-se à Violência por Parceiro Íntimo (VPI) (Hamel *et al.* 2024; Huang *et al.* 2023). Cometida em uma relação afetivo-sexual, a VPI se caracteriza pela presença de comportamentos violentos no campo físico, sexual, psicológico e patrimonial. Sua dinâmica envolve a intenção de obter poder em relação ao parceiro ou parceira, em relações simétricas ou assimétricas (Becker *et al.* 2021; Leite, 2021).

Segundo a OMS (2021), estima-se que 31% das mulheres em todo o mundo, entre a faixa etária de 15 a 49 anos, sofrerão algum tipo de violência. No Brasil, os dados apresentados no ano de 2023 são superiores aos encontrados pela OMS. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024), cerca de 33% da população feminina, acima de 16 anos, já sofreu algum tipo de VPI. Dentro desse índice, 43% das mulheres vítimas identificaram a Violência Psicológica (VP) como a principal tipificação da violência.

Além dos índices apontados, estudos indicam que a VP é a expressão mais encontrada na interação entre casais violentos, além de ser extremamente danosa, pode ser um fator preditor das demais violências. Sua manifestação não distingue classe social, idade, cor, credo nem tampouco escolaridade (Battista *et al.* 2020; Crump, 2020; Dokkedahl *et al.* 2021). Marcada por desigualdade entre os gêneros, influência cultural e demais fatores de vulnerabilidade, sua manifestação geralmente é sutil e impossibilita, num primeiro momento, a sua identificação como sendo uma agressão, o que lhe confere um caráter silente (Godfrey *et al.* 2022; Leite, 2021; Martínez-González *et al.* 2021; Portela, 2021). Suas manifestações visam afetar, mental e emocionalmente, o outro, a fim de exercer controle sobre o parceiro. Para tanto, utiliza-se da presença de comportamentos sistemáticos e contínuos de pressão, coação e manipulação para dominar ou subjugar. Também inclui comportamentos variados, como: presença de gritos e berros, humilhações e insultos, diversos assédios e ameaças (com a utilização de objetos ou não), restrições e isolamento da sua rede social e familiar, bem como aos recursos financeiros e, principalmente, exploração das vulnerabilidades da vítima (Bailey, 2021; Lausi *et al.* 2021).

Suas consequências são avassaladoras para quem as vivencia (Battista *et al.* 2020). Problemas como ansiedade, depressão e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) são alguns dos sintomas encontrados em suas vítimas (Alkan *et al.* 2022; Battista *et al.* 2020;



Martínez-González *et al.* 2021; Mshana *et al.* 2022; Portela, 2021). Atingem não somente a mulher que as vivencia, como também os demais membros familiares, aqui entendidos como a prole (Song-Choi *et al.* 2021; Toplu-Dermítas; Haitiplougo-Sümmer, 2023).

Embora as consequências sejam graves, as mulheres que a vivenciam possuem dificuldades em romper a relação. Um dos fatores que dificultam o rompimento se refere não somente a perceber a manifestação da violência, mas também a relatá-la. Pois é um fenômeno que usualmente ocorre sem a presença de testemunhas externas e no cerne do “lar” (Martínez-González *et al.* 2021), o que confirma o seu fator epidêmico, além de invisível.

As ideias que rondam as diferenças entre os sexos podem elucidar a invisibilidade e o silêncio encontrados na VP por parceiro íntimo. Sobretudo, quando as relações são marcadamente construídas em assimetrias de valores e crenças que perpetuam o poder (Alkan *et al.* 2022; Cinquegrana *et al.* 2022). Historicamente construídas a partir de um olhar biologizante, as diferenças anatômicas e físicas encontradas entre os sexos fundam o que hoje é entendido como gênero. Gênero é a construção social e cultural do feminino e do masculino. Sua organização provém de uma concepção binária e centrada na heterossexualidade, e envolve não somente as atribuições próprias de cada sexo, como também seus papéis (Alves; Antunes, 2021).

São nas concepções acerca dos papéis de gênero que se dá a gênese daquilo que são considerados os *scripts* sociais esperados de cada pessoa, de acordo com o seu sexo (Albuquerque, 2020; Alves; Antunes, 2021; Safiotti, 2021). Tais roteiros são produzidos socialmente e exteriorizados por meio de comportamentos, ações, representações corporais e gestos, dando um caráter performático às relações e ao próprio *self*, desenvolvendo aquilo que se entende como identidade de gênero (Butler, 2003). Assim, a construção social sobre gênero possui como princípio básico as relações de poder entre as pessoas. É, também, a gênese para justificar e dar significado às relações de poder (Scott, 1995). Principalmente, quando as suas assimetrias nas relações são justificadas por meio das diferenças normativas entre os gêneros (Alves; Antunes, 2021). Assim, as mulheres se veem enredadas numa relação onde o poder masculino é a medida utilizada para a construção de significados, limitando, assim, o seu papel e representatividade na dinâmica entre o casal (Alves; Antunes, 2021; Portela, 2021).

Paulatinamente, as pesquisas que envolvem o fenômeno da VP por parceiro íntimo têm chamado a atenção da comunidade científica. De modo geral, deflagram a complexidade e fator endêmico relacionado à VP por parceiro íntimo. Sobretudo, devido às nuances específicas do fenômeno, que dificultam a percepção de sua manifestação (Alkan *et al.* 2022). Por sua vulnerabilidade, as mulheres são a principal amostra das publicações encontradas; fato



justificado pela construção dos papéis de gênero já mencionados (Oflaz *et al.* 2023). A vulnerabilidade também se mostrou um componente importante para a predição e perpetração da VPI com tipificação em VP. Estudos indicam que a presença de sexismo é um importante componente para a presença de VP nas relações amorosas (Cinquegrana *et al.* 2022; Oflaz *et al.* 2023). Outro fator de vulnerabilidade diz respeito à presença de Violência Doméstica (VD) nas famílias de origem dos envolvidos na VPI, principalmente quando a violência está na interparentalidade (Song-Choi *et al.* 2021; Toplu-Dermitas; Haitiplougo-Sümmer, 2023).

Sem pormenorizar, as pesquisas encontradas compactuam com o fato de que há dificuldade em conceituar e tipificar a VP encontrada nas relações por parceiros íntimos, sejam pelas subnotificações que corroboram para a invisibilidade e entendimento do fenômeno, bem como pelo impasse encontrado na conceituação e taxonomia da violência (Cinquegrana *et al.* 2022; Oflaz *et al.* 2023). A VP por parceiro íntimo é um fenômeno que necessita ser estudado com maior afinco e atenção (Cinquegrana *et al.* 2022). Entender quais são os fatores que facilitam ou impedem a percepção da mulher vítima de VP possui caráter de relevância, uma vez que contribui para entender sua dinâmica na VPI, além de desenvolver ações de prevenção mais eficazes.

Diante de tais contextos e dinâmicas, surge a seguinte pergunta: quais são os aspectos relacionados à não percepção de mulheres vítimas de violência psicológica por parceiros íntimos? A busca por essa resposta foi o principal norteador para o desenvolvimento da pesquisa, cujo objetivo principal foi compreender os significados da VP na perspectiva de mulheres vítimas de VPI.

2 Método

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, somando-se a perspectiva de gênero no conceito das violências contra as mulheres. A escolha pela pesquisa qualitativa exploratória deu-se por interesse em dados que não podem ser quantificados. Tal método propicia uma análise aprofundada das relações entre os sujeitos e o mundo e na intersecção entre os significados e narrativas encontradas. Fato que auxilia no entendimento de determinados impactos, crenças, significados e comportamentos relacionados a grupos específicos de indivíduos (Rodrigues *et al.* 2021; Sousa; Santos, 2020). Somando-se ao método qualitativo, há a perspectiva de gênero no conceito das violências contra as mulheres. Oriunda dos movimentos feministas, principalmente após a segunda onda, os estudos sobre gênero discutem os prismas encontrados ao se fazer pesquisa, com especial ênfase naquilo que se



denomina neutralidade científica. Pesquisas com esse aporte buscam compreender e elucidar as implicações sociais geradas pelas dicotomias que envolvem não apenas os gêneros, mas também os demais grupos marginalizados (Reis; Massukado-Nakatani, 2022; Tavares *et al.* 2021).

2.1 Participantes

Esta pesquisa foi realizada com dez mulheres, maiores de 18 anos, com histórico de VP perpetrada pelos seus parceiros íntimos. O relacionamento poderia ser atual ou vivenciado há pelo menos quatro anos, desde que se configurasse como um relacionamento estável.

2.2 Procedimentos

O artigo se refere a uma pesquisa desenvolvida no mestrado em Psicologia Forense, com dissertação defendida pela primeira autora e orientação da segunda autora. Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE nº 62951722.1.0000.8040), o recrutamento das participantes iniciou-se mediante a técnica de “bola de neve”. A técnica caracteriza-se por ser baseada em indicações que, por sua vez, desencadeiam outras indicações e assim sucessivamente, até atingir a saturação (Handcock; Gile, 2011; Vinuto, 2014). Trata-se de uma importante técnica, principalmente ao se tratar de vítimas de VPI, pois o objeto de pesquisa envolve indivíduos que não querem ter seu nome associado a determinados conteúdos. Assim, a busca pelas participantes começou com divulgações em redes sociais, como o Instagram e grupos de WhatsApp diversos. O convite para a pesquisa continha, além do perfil desejado (segundo os critérios de inclusão), outros detalhes como o objetivo e o contato da pesquisadora.

Os procedimentos para a coleta de dados contaram com a preparação prévia da entrevistadora, indicada como a primeira autora deste artigo, que é do gênero feminino, psicóloga clínica e docente do curso de graduação em Psicologia, além de mestrandona em Psicologia Forense. A preparação envolveu tanto a capacitação técnico-científica sobre o tema estudado, por meio das disciplinas do mestrado em Psicologia Forense, quanto a realização do levantamento e leitura de artigos da área.

O roteiro de entrevista foi discutido com a segunda autora deste artigo. Uma entrevista de pré-teste foi realizada com o objetivo de compreender os impactos que o instrumento poderia eventualmente gerar. A primeira entrevista foi realizada no dia 26 de janeiro de 2023, e a última, em 20 de maio do mesmo ano. As participantes não eram conhecidas da pesquisadora, e as entrevistas ocorreram de acordo com a disponibilidade das mulheres. Todas foram realizadas



de maneira presencial, organizadas de forma que estivessem presentes apenas a pesquisadora e a entrevistada.

Parte da amostra foi coletada em Curitiba, sem que houvesse desistências ou recusas por parte das participantes. A primeira fase ocorreu em uma clínica particular de Psicologia – local de trabalho de uma das pesquisadoras – e contou com a participação de cinco mulheres. Entre elas, apenas uma recebeu a divulgação diretamente da pesquisadora; as demais foram recrutadas por meio de indicações indiretas, feitas pelas próprias participantes.

A segunda parte da amostra foi obtida em uma cidade da região metropolitana. A coleta de dados ocorreu nesse município devido à existência de um projeto social organizado por e para mulheres em situação de vulnerabilidade. Em conversa prévia com a responsável local, observou-se que o interesse pela pesquisa surgiu da constatação de que um número significativo de participantes do projeto era vítima de VPI. Ao tomarem conhecimento da pesquisa por meio das redes sociais, demonstraram interesse em contribuir. As entrevistas ocorreram em uma escola de idiomas da região.

Foram tomados os devidos cuidados quanto ao conforto, à privacidade e à confidencialidade dos locais onde as entrevistas foram realizadas, seguindo os critérios das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

As participantes foram informadas quanto aos objetivos propostos e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas duraram, em média, uma hora e vinte minutos, e dividiram-se em três momentos: *rapport* e assinatura do TCLE, entrevista e finalização.

No momento do *rapport*, a entrevistadora apresentou-se e relatou os objetivos da entrevista. Por se tratar de um tema sensível, no qual as mulheres possuíam certas vivências, foi acordada a possibilidade de interrupção da entrevista. As entrevistas ocorreram de maneira ininterrupta, com a pesquisadora adotando uma postura empática e interferindo o mínimo possível, justamente para não promover relatos enviesados.

Ao fim da entrevista, as mulheres receberam uma breve orientação acerca dos temas abordados e, aquelas que desejaram, foram encaminhadas para o serviço da clínica-escola da instituição na qual a pesquisadora realizava seu mestrado. Além disso, todas receberam dados de contato da referida pesquisadora, para que pudessem entrar em contato caso tivessem alguma questão que necessitasse de maiores esclarecimentos. A coleta de dados resultou em 10 entrevistas e foi finalizada por meio da análise da saturação das categorias obtidas.

Encerrada a etapa de coleta de dados, foram realizadas as transcrições das gravações. Para compreender melhor o fenômeno estudado, optou-se por transcrever os relatos de forma



literal, com a ajuda de uma profissional de Psicologia que recebeu treinamento para a atividade. A análise das categorias foi desenvolvida por ambas as autoras e discutida com duas doutoras da área de Psicologia, que participaram da banca de qualificação e da defesa do mestrado da primeira autora do artigo.

2.3 Instrumentos

Para coletar os dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada. A escolha pelo instrumento se deu pela possibilidade de explorar conteúdos por meio de tópicos e roteiros, de modo que houvesse a mínima interferência possível nos relatos das mulheres pesquisadas. Essa estratégia visava adquirir uma gama maior de informações para, assim, entender os fenômenos sociais estudados pela pesquisa.

Além disso, o uso de tal instrumento, em pesquisas qualitativas, permite a possibilidade de que, por meio da comunicação verbal e não verbal, se desenvolva uma relação entre pesquisador e participante, na qual há um maior entendimento sobre as vivências e construções de significados (Fraser; Gondim, 2004). Tal possibilidade propicia o aprofundamento em alguns conteúdos que não estão bem compreendidos acerca de um determinado tema, sobre o qual se tem determinada ciência (Camargo, 2020).

O roteiro, que serviu como guia para a pesquisa, continha questões acerca dos dados sociodemográficos, tipos de violências sofridas (1), histórico de violência na família (2), histórico do relacionamento abusivo (3), papéis de gênero e assimetrias de poder (4), significados da VP e suas dificuldades na percepção (5), entre outros.

2.4 Análise de dados

As narrativas obtidas foram transcritas e seguiu-se para a análise de conteúdo. O processo foi realizado pelas autoras do artigo e compreendeu três fases distintas, porém entremeadas entre si: definição das unidades analíticas (1), pré-análise (2) e categorização da análise (3). Tal método faz uso de conceitos da teoria da comunicação para a interpretação de determinada mensagem, realizada por um emissor e entregue a um receptor. Sua análise é minuciosamente examinada considerando-se alguns contextos, como os aspectos sociais, temporais e o próprio ouvinte, exigindo que o pesquisador esteja respaldado por questões teóricas que o auxiliem a entender a mensagem de forma aprofundada (Franco, 2005; Mendes, 2018).



Embora a coleta de dados tenha contado com uma entrevista semiestruturada que possuía eixos norteadores, foi realizada a análise de conteúdo e formuladas categorias que emergiram dos dados fornecidos pelas mulheres. Essa etapa, embora tenha utilizado as narrativas e vivências das entrevistadas, não contou com a revisão e análise dessas narrativas.

3 Resultados e discussão

A categorização dos discursos encontrados sobre VP por parceiro íntimo somente faz sentido ao tentar compreender quem são as mulheres que os narram. Observa-se que a média de idade das participantes era de 43 anos, compreendendo as idades de 29 a 75 anos, moradoras de uma cidade no Sul do Brasil. Entre as entrevistadas, cinco possuíam ensino superior completo; três, ensino médio completo e/ou técnico; e duas não completaram o ensino fundamental e médio. Das dez entrevistadas, oito tinham atividade laboral remunerada, uma estava aposentada por idade e a outra se autodenominava “do lar”. Seus rendimentos pessoais eram, em média, R\$ 3.000 por mês, variando entre R\$ 1.000 e R\$ 6.000. As condições de moradia indicaram que cinco participantes moravam em casa própria, quatro pagavam aluguel e uma residia em casa emprestada. Oito mulheres tinham filhos, com faixa etária entre nove meses e 52 anos, e, no momento da pesquisa, três eram casadas. Em se tratando das relações amorosas violentas, alvo da pesquisa, a média de permanência na relação foi de vinte anos.

A análise das entrevistas resultou em cinco categorias: gênero (1), fatores de vulnerabilidade para a violência psicológica (2), ciclo da violência (3), fatores que dificultam a percepção da violência psicológica (4) e, por fim, consequências da violência psicológica (5). A seguir, apresenta-se o Quadro 1, que detalha as categorias identificadas na análise, com suas subcategorizações:

Quadro 1: Categorias e suas subcategorizações

Categorias	Subcategorias
Gênero.	Definição tradicional de mulher. Liberdade feminina. Definição tradicional de homem.
Fatores de vulnerabilidade para a violência psicológica.	Padrões de violência familiar. Dependência química e alcoolismo. Recursos financeiros definindo assimetrias nas relações. Controle como forma de assimetria relacional entre parceiros.
Ciclo da violência.	Tensão na relação. Materialização da violência. Reações da mulher. Reconciliação. Dificuldades para romper.



Fatores que dificultam a percepção da violência psicológica.	Fatores externos. Escalonamento da VP para violência física.
Consequências da violência psicológica.	Dificuldade em estabelecer relações futuras. Sentimento de revolta e reatividade. Saúde emocional e mental. Saúde sexual. Saúde física.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na análise de conteúdo

3.1 Gênero

Esta categoria reúne as narrativas das mulheres entrevistadas a respeito das ideias e conceitos sobre o que é ser mulher e homem. Tais definições são oriundas de suas vivências e experiências, crenças e valores adquiridos no decorrer de suas vidas. Analisando as narrativas, a categoria “Gênero” dividiu-se em três subcategorias: definição tradicional de mulher (1), definição tradicional de homem (2) e liberdade feminina (3). O discurso de E3 é um exemplo tangível do que se denominou de “definição tradicional de mulher”:

Ser mãe, né, a dona de casa ali, é... [...] eu não tenho uma definição do que é ser uma mulher. [...] Eu acho que hoje é sinônimo de trabalho mesmo, aquela coisa de a gente, né, ser, ter que fazer muitas coisas ao mesmo tempo e cuidar de casa, cuidar de filho, e... e o que sobra um pouquinho de tempo para cuidar de você, que às vezes é mínimo, né? (E3)

Apresentando ideias acerca de papéis e funções dentro da família, o relato de E3 exemplifica o quanto os dispositivos de gênero, e a subjetivação de cada indivíduo, se calcam em leis, condutas, discursos e tudo o que visa nortear o desenvolvimento social e relacional entre as pessoas (Zanello, 2018). Existem dois dispositivos de gênero que generificam a mulher: o amoroso e o materno (Ramos, 2022; Silva; Antunes, 2023; Zanello, 2018), sendo este último encontrado de maneira acentuada nas narrativas analisadas pela pesquisa. As falas de E5 demonstram o quanto o dispositivo materno dá suporte àquilo que se entende como um modelo tradicional de gênero:

Nossa, eu acho que ser mulher é uma, é uma dádiva, né!? Porque assim, é o, só o simples fato de você gerar uma vida, né, eu acho que já é um dom que Deus deu, né!? (E5)

Para E5, o papel feminino está atrelado não somente à sua capacidade reprodutiva, como também a tudo o que envolve a importância do amor familiar e o cuidado com a sua prole (Silva; Antunes, 2023; Siqueira; Rocha, 2019). Demonstra, assim, o quanto o dispositivo materno fortalece aquilo que se entende como um modelo tradicional de gênero.

Atividades de cuidado, proteção e rotinas domésticas são lugares nos quais muitas mulheres se sentem valorizadas e reconhecidas. Fato que reforça não somente um papel, como também dificulta a possibilidade de romper com padrões que contribuem para que a VP por



parceiro íntimo se instaure na relação vista como assimétrica (Perelberg; Miller, 1994; Ramos, 2022; Zanello, 2018).

Quanto ao significado do que é ser homem, as atribuições são percebidas como menos complexas em sua execução. Conectam-se ao fato de que o homem possui a tarefa de trabalhar e une as características tidas como próprias do gênero, como a objetividade e praticidade.

[...] Eu acho que é bem mais fácil... risos... Acho que é mais fácil. [...] ele não é complexo, homem é um ser mais objetivo, um ser mais simples... [...] eu sempre achei o homem mais prático, mais simples, eles só precisam... trabalhar... e que *tá* tudo certo! [...] e eu acho que homem se preocupa mais, apenas com o trabalho, né?! (E2)

Embora em ambas as narrativas apresentadas haja a ideia de cuidado, percebe-se que seus conceitos são diferentes. A fala de E2 elucida que o ato de cuidar, quando entendido como função masculina, relaciona-se à função de provedor e, consequentemente, protetor. À mulher, cabe ser o seu auxílio e apoio para tal tarefa (Silva; Antunes, 2023; Zanello, 2018). Essa ideia fica muito nítida na fala de E5, por exemplo:

O homem, ele tem a função de provedor, de protetor, né?! De... de... cuidar da família, e a mulher, ela sempre estar ao lado do homem dando suporte *pra* ele, né?! Cuidando da casa... (E5)

O poder também aparece como uma forma de conceituar o masculino. Considerado como um direito de nascimento, algumas narrativas indicam que, para manter tal imagem, são utilizados comportamentos que envolvem controle e opressão. Tal análise pode ser entendida ao observar a narrativa de E7:

Homem!... Homem *pra* mim é... Não sei, alguém disse que eles são bons e eles acreditaram, sabe? O homem, ele... Ele tem, assim... Carrega um poder! Carrega uma força! Carrega uma imagem! [...] Ele tem uma... um empoderamento natural, mas na realidade, não é isso! O homem é... opressor! [...] Ele ali é o chefe! Ele é o... responsável! [...] Eles são... espaçosos! (E7)

Identificar o homem como o principal provedor da família e detentor de um poder nato contribui para que a violência de gênero seja um fenômeno estrutural (Silva; Antunes, 2023). Tal afirmativa deriva-se, justamente, do que foi deflagrado em algumas narrativas: a existência de crenças que reforçam conceitos binários e dicotômicos entre os gêneros e consolidam papéis restritivos. A narrativa de E5 é um exemplo do quanto esse funcionamento, presente no casal, pode ser inquestionável, embora frustrante:

Então, eu penso assim, a mulher, eu acho ainda, acredito que a mulher ela *tá* muito voltada pro lado profissional, só que só o profissional! Por isso que hoje em dia as famílias estão diminuindo, porque as mulheres querem, elas querem ganhar igual aos homens, elas querem, elas querem se igualar muito aos homens e acabam deixando de lado esse lado de cuidar da casa...! [...] (E5)



O relato de E5 remete ao conceito do que é Sexismo Benevolente (SB). Entendido como uma maneira condescendente de acreditar que a mulher necessita da proteção de um homem (Villagrán *et al.* 2023), o SB surge nas narrativas como forma de não apenas evidenciar as diferenças, mas também de justificar preconceitos e violências (Cinquegrana *et al.* 2022; Ferreira *et al.* 2022). Assim, as mulheres não só aceitam o seu papel submisso, como também o reforçam, já que lhes é difícil distinguir e nomear a VP por parceiro íntimo (Cinquegrana *et al.* 2022).

Analizar a categoria “Gênero” revela o quanto algumas perspectivas se fundamentam nas diferenças entre homens e mulheres para reforçar não somente comportamentos rígidos, como também injustiças. Colocar a mulher como submissa e “do lar” e o homem em um papel de provedor e detentor de “um poder nato” permite que uma estrutura não somente perdure, como também justifique violências.

3.2 Fatores de vulnerabilidade para violência psicológica

Há contextos que são favoráveis ao desenvolvimento e manifestação de VP por parceiro íntimo. Entre as narrativas encontradas na categoria, constataram-se falas que revelaram padrões de violência familiar (1), presença de dependência química e alcoolismo na relação (2), a possibilidade de que os recursos financeiros definissem assimetrias na relação (3) e, por fim, a presença de controle como forma de assimetria relacional entre parceiros (4). Tais conteúdos analisados foram transformados em subcategorias.

A VD como um padrão intrafamiliar ou intergeracional demonstrou ser um fator predominante para a presença de VP por parceiro íntimo, além de indicar a perpetuação de ciclos de violência futuros. Ciclos muitas vezes não percebidos *a priori*, conforme constatado na narrativa de E9:

Então, quando eu sofria violências, me doía tanto, porque eu tinha prometido *pra* mim que eu não ia passar pelo que a minha mãe passava, e depois eu ficava me perguntando por que eu estou passando! (Voz trêmula e mais aguda, soluços) (pausa). (E9)

A exposição de crianças e adolescentes à VD pode ser prejudicial para as suas futuras relações amorosas. Testemunhar e/ou vivenciar agressão interparental na família de origem propicia tanto a perpetração da violência em relações futuras quanto a naturalização de tal ato (Neppl, 2019; Toplu-Demirtaş; Haitipoglu-Sümer, 2023). Tal afirmativa refere-se ao fato de que, em contextos familiares onde a violência é constante, são construídos discursos que justificam a presença de tais comportamentos. O discurso de E9 relata que, apesar de seu desejo contrário, percebe que vivencia VP por parceiro íntimo, exemplo factível desse padrão.



Outro fator de vulnerabilidade identificado nos depoimentos destaca a presença de alcoolismo e uso de drogas, por parte dos agressores. A narrativa de E6 também indica a presença de sintomas de transtornos psiquiátricos, evidenciando possíveis comorbidades:

Ih, várias vezes já tive que sair, pegar o advogado, e daí ele prometia e tomava remédio e misturava com pinga, daí começava tudo de novo! Tudo a vida, isso foi assim. Tinha épocas assim, né, que ele tava bom, né?! Mas a maioria, daí ele começou a beber, ele também! Nós era... um... 17 anos eu tinha e ele 18! (Risada). (E6)

Mulheres cujos maridos fazem uso de álcool estão mais vulneráveis à VP em comparação com outras expressões de violência. A ingestão prévia pode, inclusive, exacerbar e incentivar a ocorrência do ato violento (Alkan *et al.* 2022; Huang *et al.* 2023), bem como a sua unidirecionalidade (Santambrogio *et al.* 2019). A narrativa de E6 também evidencia que, embora seja um fator de vulnerabilidade comumente encontrado, o uso de álcool e demais substâncias não é a gênese do comportamento violento, mas sim um agravante (Huang *et al.* 2023; Solinas-Saunders, 2022).

Além do alcoolismo, a falta de acesso a recursos financeiros também é um fator significativo de vulnerabilidade. Presente em alguns relatos, como na narrativa de E8, a discrepância financeira entre o casal evidencia assimetrias nas relações e incita comportamentos controladores, por parte do parceiro que perpetua a violência:

Ele não deixava eu trabalhar de jeito nenhum! Mulher não pode trabalhar, é... homem trabalha e traz comida *pra* dentro de casa! [...] Era o que tipo, nos biquinho que eu conseguia fazer com autorização dele, mesmo a gente brigando, que ajudava, sabe? Que a gente não conseguia, tipo, ele com o salarinho dele manter, sabe? [...] (E8)

Tais relações são fruto do que é denominado divisão sexual do trabalho e, historicamente, desenvolveram-se a partir das diferenças de gênero. Por meio do antagonismo entre o que é produtivo e o que é reprodutivo, submetem a mulher às tarefas do lar, tornando-as invisíveis no campo do trabalho (Alves; Antunes, 2021; Castro; Chaguri, 2020; Medeiros, 2021). No caso de E8, suas atividades laborais não somente são restrinidas, como também se voltam às tarefas de cuidado, não valorizadas socialmente. A impossibilidade de trabalho formal é entendida como um aspecto de vulnerabilidade, pois confirma o papel dominante do homem e fortalece a relação assimétrica entre o casal (Conceição *et al.* 2018; Queiroz, 2023; Stern *et al.* 2019).

O controle é um dos comportamentos mais presentes na VP por parceiro íntimo (Volkmann; Silva, 2020). Pode manifestar-se de diversas maneiras, seja no monitoramento de comportamentos ou nas relações sociais. Sua presença constante na relação afeta não somente o convívio com outras pessoas, como também prejudica o discernimento que a vítima tem sobre seus próprios valores e crenças (Ignjatović, 2020).



Olha, eu acho que lá no tempo, lá eu achava... convivendo [inaudível] Era tudo de igual *pra* igual. Mas se eu for ficar pensando como era antes, acho que eu era bem submissa, sabe? Viver *pra* fazer, *pra* agradar ele, sabe? [...] Tipo... tudo aceitava, tudo que ele... Então não tinha igualdade, porque ele não aceitava as coisas que eu queria, né!? (E8)

A narrativa de E8 oferece evidências de como uma relação assimétrica se sustenta em uma dinâmica de controle. Ao planejar sua rotina diária na tentativa de agradar o marido, E8 rechaça os próprios desejos em fazer escolhas por si. Esse movimento acarreta uma sensação de submissão e configura uma relação em que, se há alguém se submetendo, há outro que estabelece as regras do casal.

As narrativas encontradas nessa categoria indicam o quanto os fatores de vulnerabilidade são plurais e significativos para a perpetração e perpetuação da VP entre os casais.

3.3 Ciclo da violência

O ciclo da violência retrata as manifestações e padrões de comportamento presentes na relação amorosa em que a VP por parceiro íntimo se faz presente. Essa categoria dividiu-se em cinco subcategorias, de acordo com as análises encontradas nas narrativas: tensão na relação (1), materialização da violência (2), reações da mulher (3), reconciliação (4) e dificuldades para romper (5).

Entende-se como tensão na relação comportamentos que são difíceis de serem identificados como violentos devido à forma como se manifestam. A tensão se dá, uma vez que o ato violento ocorre de maneira intermitente e não declarada. Ao ser indecifrável, dificulta tanto sua percepção quanto a possibilidade de rompimento do ciclo. A narrativa de E7 confirma seu caráter tensional e ilegível:

Então, foi gradativo, assim, não foi uma coisa, pá! [...] É... são várias situações que você começa a reconhecer, daí aquilo fica ali... Ó, isso é um sinal, dali dali... vai... daqui a pouco acontece mais uma coisa e outra... (E7)

A análise do relato de E7 contribui para entender que as manifestações de agressões ocorrem de maneira ocasional e, por vezes, sutil. Assim, a VP surge em situações conflituosas entre o casal e é seguida de comportamentos em que o autor da violência faz tentativas de reconciliação, promovendo, assim, a esperança de uma possível mudança de padrão (Ignjatović, 2020; Portela, 2021).

A dinâmica é estruturada de tal forma que a vítima ora atribui a fatores externos o “incidente”, ora se culpa pelo conflito. Em contrapartida, o autor da violência não se responsabiliza nem pelo controle de si nem por seus atos. Esse padrão, não sendo identificado



a priori como violento, ganha força e intensifica-se paulatinamente. Essa situação impulsiona a mulher a se habituar com tais oscilações de comportamentos, promovendo a naturalização da VP (Oliveira *et al.* 2018; Portela, 2021).

Por vezes, a materialização da violência ocorre e traz consigo componentes que não deixam dúvidas quanto à presença do comportamento violento. É o caso da narrativa de E5, que relata sobre a exacerbação da VP por parte de seu companheiro:

[...] só que daí chega de novo, só que daí vem pior! Porque ele *tava* acumulando, acho que toda aquela energia que ele não conseguia exa-, né!? Ái, ele pegava e vinha com força total de novo, sabe?! [...] ele pegava no ponto, no ponto fraco que era família! (E5)

A explanação de E5 ratifica a ideia de que a manifestação da violência difere da tensão na relação, justamente pela sua manifestação pungente, sistemática e imprevisível. Agrava-se quando há tentativa de rompimento (Oliveira *et al.* 2018; Portela, 2021). Nesse período do ciclo, não há como identificar um padrão que incitou tal ato. Quanto ao autor da agressão, a raiva presente, e em alto grau, impede-o de controlar o comportamento, que só finda quando tal sentimento se esvazia (Oliveira *et al.* 2018; Portela, 2021).

A subcategoria “Reações da mulher” evidencia narrativas que revelam as reações e desdobramentos frente às manifestações da VP. Elas se apresentam de diversas maneiras e podem, inclusive, ser expressas também com violência. Como é o caso de E9, cujo relato demonstra uma reação de enfrentamento em relação a uma situação violenta:

Depende da situação, né!? É sempre... teve situações que, que às vezes eu, é... eu lembro que teve uma época que eu acabava gritando com ele! (E9)

Entendidas como uma estratégia de sobrevivência, as reações apresentadas pelas vítimas são tentativas de resistência e autoproteção por parte de quem vivencia VPI (Conceição *et al.* 2018; Queiroz, 2023). As reações são diversas e vão desde o enfrentamento, percebido no relato de E9, até comportamentos opostos, como a evitação. Ambas as medidas exacerbam o ato violento em detrimento daquelas que envolvem planejamento e rede de apoio – estratégias que, comprovadamente, possuem maior eficácia para o rompimento do ciclo (Ignjatović, 2020).

Após a materialização da violência, surgem as tentativas de reconciliação. A narrativa de E9 demonstra concretamente a dinâmica dessa subcategoria:

[...] e você vai acreditando, aí... depois a, depois que *tá lá* naquele ápice assim de, de extremo estresse, aí vem, se ajoelha e pede perdão, ‘é porque eu amo muito você, é porque eu não quero que ninguém olhe, que não aconteça nada com a nossa família! Ah, pense bem, não separe, olha só, como é que eu vou ficar longe do bebê? Como é que o bebê vai ficar longe de mim? Mas meus filhos me amam, você não pode fazer isso com eles, que eles vão sofrer!’ (E9)



Para manter a relação, o agressor reconhece seu comportamento inadequado e busca restabelecer a harmonia conjugal por meio de atitudes e discursos que demonstram arrependimento, como se observa no relato de E9. Seus argumentos se calcam em sustentar a idealização de uma relação estruturada nos modelos convencionais de gênero, em que a biparentalidade é um modelo idealizado de família. A promessa de mudança, mesmo que tênue, renova a esperança da vítima por uma relação desprovida de violência que a mantém cativa na relação (Martínez-González *et al.* 2021; Oliveira *et al.* 2018).

A dificuldade em romper também gerou uma subcategoria. Em suas narrativas, encontra-se o discurso de E6, cujo relato revela a dificuldade em reconhecer a VP como forma de violência:

E... eu até achava assim que n-não era, que não me fazia tanto mal, né!? Aquelas palavras, aquelas coisas, eu-eu-eu rezava de noite assim só pra mim... (E6)

O discurso de E6 contribui para entender a dificuldade que muitas mulheres possuem de tomar consciência de que a VP por parceiro íntimo não é um caso isolado, mas fruto da violência de gênero desenvolvida por conta da naturalização e generalização de papéis (Portela, 2021; Zanello, 2018).

Além de variados, os motivos para não romper uma relação abusiva também são complexos e despertam temores advindos das consequências de tal escolha. As justificativas vão desde receio quanto a represálias e demais desdobramentos negativos pós-rompimento, falta de suporte financeiro, dependência emocional, ausência de rede de apoio, possibilidade de distanciamento dos filhos e a idealização de que um dia o parceiro vai mudar (Ignjatović, 2020; Martínez-González *et al.* 2021).

3.4 Fatores que dificultam a percepção da violência psicológica

Os aspectos que auxiliam as mulheres a tomarem consciência de que sofrem VP foram subdivididos em fatores externos (1) e o próprio escalonamento da violência psicológica (2) para as demais tipificações.

Entende-se como fatores externos quaisquer ações, relações e situações que promovam a conscientização da presença de VP na relação. Nesse sentido, relações de amizade, suporte familiar, busca de conhecimento sobre o tema, ajuda profissional e participação em projetos sociais são relatos que fazem parte desse contexto:

Comecei a me envolver mais [...] nas ações, e ler... e, né?! Na sociedade como um todo... e comecei a levantar essa bandeira, né?... Da... da violência contra a mulher, da violência física, psicológica [...] eu um dia... fazendo uma panfletagem que eu parei e fui embora, eu disse: 'O que é que eu tô fazendo aqui? Eu tô dizendo *pras*



mulheres fazendo aquilo que eu não faço?", né?! E aí, comecei a ter uma consciência maior, fui procurar ajuda, fui procurar ajuda psicológica e fiz um tratamento. (E7)

O conceito de violência simbólica, desenvolvido por Pierre Bourdieu, contribui para elucidar o processo, único de cada mulher, na tomada (ou não) de consciência. Apresentada de formas sutis e muitas vezes invisíveis de dominação e opressão, a violência simbólica caracteriza-se por meio de símbolos, linguagem, normas e práticas sociais, sem o uso direto da força física. Essa violência ocorre quando grupos dominados internalizam e aceitam como legítimas as estruturas e valores impostos pelos dominantes, frequentemente sem perceberem que estão sendo oprimidos, devido à “*misrecognition*” (ou reconhecimento distorcido) das relações de poder (Chakraborty, 2021; Thapar-Björkert *et al.* 2016).

A violência simbólica se perpetua no cotidiano, nas instituições e nas interações sociais, legitimando e sustentando outras formas de violência e desigualdade, como as de gênero, classe, etnia e sexualidade (Grzyb, 2016; Samuel, 2013; Thapar-Björkert *et al.* 2016). Por ser imperceptível, ela retira a agência das vítimas, tornando difícil a resistência ou contestação. Bourdieu argumenta que essa dominação simbólica é fundamental para a manutenção da ordem social, pois faz com que os dominados aceitem sua posição como natural ou inevitável (Thapar-Björkert *et al.* 2016).

Esse conceito é amplamente utilizado para analisar fenômenos como a desigualdade educacional, a opressão de minorias e a reprodução de hierarquias sociais, mostrando como o poder se exerce de maneira difusa e incorporada nas práticas cotidianas. De acordo com Pierre Bourdieu, trata-se de uma forma de dominação mais sutil e invisível, exercida por meio de símbolos, normas, valores e discursos sociais, levando os dominados a aceitarem sua posição como legítima sem perceberem a opressão. Enquanto a VP é explícita e interpessoal, a violência simbólica atua de maneira coletiva e estrutural, naturalizando desigualdades e hierarquias sociais por meio da internalização de sentidos e valores impostos pelos grupos dominantes (McCarthy, 2024; Soares, 2024).

O discurso de E7 é um exemplo de como as redes de apoio são importantes para a quebra do ciclo de violência tanto simbólica quanto psicológica. Quando auxiliam no reconhecimento de contextos violentos, transformam-se em poderosas ferramentas estratégicas para o rompimento da VP, além de contribuir para o desenvolvimento do protagonismo feminino (Bott *et al.* 2021; Carhuaz *et al.* 2022; Crump, 2020; Maldonado *et al.* 2022).

E7 relata que, ao fazer parte de uma ação sobre Violência contra a Mulher (VCM), toma consciência de sua condição e, então, procura auxílio. As redes de apoio são construídas a partir de vínculos e se caracterizam como um fator de proteção. Podem ser definidas como



secundárias quando transitórias e temporárias, justamente pelos seus vínculos estabelecerem-se institucionalmente (Carhuaz *et al.* 2022; Jock *et al.* 2022). A contemporaneidade traz a possibilidade de as redes sociais servirem como um apoio secundário, pelo fato de oportunizarem acesso a informações que o microssistema, porventura, impossibilita. Como observado na narrativa de E5:

Demorou [...] Eu acho que eu comecei a ter consciência mesmo com essas divulgações, com Instagram [...] Então, aí que eu comecei a entender que eu *tava* num relacionamento abusivo! Que aquilo não, não era, não era, não era... não era certo! Tava, tinha alguma coisa errada ali! (E5)

Quanto ao escalonamento da VP, a conscientização se dá quando outras manifestações do fenômeno da VPI tornam-se presentes na relação. Existem poucos estudos sobre os motivos que levam a mulher, vítima de VP, a romper com tal relação. Um estudo realizado com mulheres peruanas (Carhuaz *et al.* 2022) indicou que um dos principais motivadores para a separação é a ameaça contundente de morte. A VP não é um fator preponderante para o fim desse fenômeno (Portela, 2021). Corroborando os estudos citados, a narrativa de E6 exemplifica essa perspectiva, uma vez que seu rompimento ocorreu diante da iminência de feminicídio:

[...] não sai da minha cabeça ele com aquela faca no meu pescoço, no peito, dizendo que ia me matar, né!? [...] Fiquei com medo, realmente! Que assim, eu me escondia quando ele jogava as coisa, né!? Mas assim, o, ele nunca chegou perto de mim e me a-, né, me deu um tapa, assim, não, né!? Só que agora com essa faca... (E6)

Analizando as narrativas, é inegável compreender o quanto uma rede de apoio favorável interfere positivamente no rompimento do ciclo da violência. A questão reside no acesso à rede de apoio que, por vezes, é atravessado por crenças e valores machistas, os quais não somente revitimizam, como também dificultam o acesso aos serviços de saúde, jurídicos, de apoio financeiro e social. Esses serviços, embora devam ser garantidos por lei, nem sempre estão acessíveis para todas as mulheres que sofrem VPI.

3.5 Consequências da violência psicológica

Os relatos encontrados, nesta categoria, contribuíram para entender os desdobramentos que envolvem a saúde física, emocional e mental das mulheres que vivenciaram relações psicologicamente violentas. Ao analisar as narrativas, percebeu-se que as mulheres relacionavam as consequências de vivenciarem a violência a dificuldades em estabelecer relações (1), sentimento de revolta e reatividade (2), saúde emocional e mental (3), impactos na saúde sexual (4) e saúde física (5).



Algumas mulheres narraram um sentimento de desconfiança ao projetarem a possibilidade futura de envolverem-se amorosamente novamente. Como é o caso do relato de E5:

Não quero namorar para não atrair o ciclo... não quero ser mais dependente de homem!
(E5)

Compromisso, satisfação, confiança e intimidade são a chave para a qualidade da relação entre o casal. Quando tais aspectos são minados pelo fenômeno da VP, isso contribui para que as vítimas desenvolvam sentimentos de menos-valia, solidão e desamparo (Martínez-González *et al.* 2021; Stern, 2019). Esses sentimentos, caso não sejam elaborados, poderão ser revivenciados em outros relacionamentos no futuro. A fala de E5 é um exemplo do temor que algumas mulheres possuem de deparar-se novamente com a mesma situação. Partindo dessa lógica, e com a intenção de se proteger, E5 opta por não estabelecer novos vínculos amorosos.

Isolamento não é o único impacto observado nas narrativas. Comportamentos que indicam reatividade também foram encontrados, o que evidencia os impactos nas relações interpessoais. Impaciência, reações exacerbadas e um elevado espírito crítico em relação às demais pessoas são elementos encontrados nos discursos das entrevistadas.

Bem, o meu atual marido reclama que, às vezes, ele não pode nem pensar em falar *pra* mim alguma coisa, que eu já... já rebato assim com, sabe? Passando como se fosse um trator por cima dele, né!? (E9)

Fruto de relações violentas não resolvidas, sentimentos como mágoa e raiva acumulam-se a cada evento agressivo. A reatividade, de acordo com a narrativa de E9, está intimamente ligada ao sentimento de revolta que, por sua vez, é uma das tantas expressões da raiva em virtude das vivências anteriores (Martins; Bartilotti, 2015).

Outra consequência encontrada em contextos de VP diz respeito às dificuldades em lidar com aspectos intrapessoais. Os impactos para a saúde emocional e mental da vítima demonstram ser significativos e intensificam-se com o tempo, evoluindo para sintomas como depressão e ansiedade, além do uso abusivo de álcool, como é o caso da entrevista de E2:

No término, eu passei a beber feito uma maluca, a ponto de pensar em me internar, a ponto de pôr na minha cabeça que eu era alcoólatra. (E2)

Usado como estratégia para lidar com a situação, identificado em relato de E2, o consumo de álcool tem sua gênese nos danos causados pela VP na autoestima da mulher. Além disso, o uso, por parte das vítimas, também interfere nas relações violentas, uma vez que a sua ingestão a vulnerabiliza e a aproxima de situações potencialmente perigosas (Oliveira *et al.* 2021; Silva Júnior, 2021).



A VP por parceiro íntimo relaciona-se diretamente aos impactos na saúde mental da mulher. As vítimas, ao serem continuamente expostas à violência, tendem a manifestar sintomas que indicam a presença de ansiedade, estresse e depressão, principalmente quando a VP manifestada envolve controle, manipulação e coerção (Dokkedahl *et al.* 2021; Godfrey *et al.* 2022). Alguns estudos indicam que sintomas como TEPT, Transtorno de Estresse Pós-Traumático – Complexo (TEPT-C) e Transtornos Alimentares (TAs) estão intimamente ligados à VP por parceiro íntimo, sendo seus sintomas característicos desse tipo de violência (Dokkedahl *et al.* 2021, Godfrey *et al.* 2022; Santambrogio *et al.* 2019; Yona-Drori; Bem-Shlomo, 2021).

A expressão da sexualidade dessas mulheres também sofreu alterações, dando origem à subcategoria “Saúde sexual”. Tal questão pode estar intimamente ligada à psicossomatização, ocasionada por baixa autoestima, devido ao sentimento de insegurança gerada pela VP (Martínez-González *et al.* 2021). A narrativa de E4 é um exemplo muito factível do quanto a presença constante e pungente de VP na relação amorosa interfere no desejo sexual da vítima:

Nessa parte da relação sexual, eu travo. Não sei por que, mas eu travo, então, tipo assim... eu não quero mais relação com ele. Daí ele fica inventando, falando um monte de coisas, sabe? (E4)

Efeitos sobre a saúde física também foram recorrentes, evidenciando que os efeitos de tais vivências podem acarretar impactos diversos e, por vezes, específicos em cada vítima. A narrativa de E3 é um exemplo do quanto as violências percorrem caminhos que vão além dos aspectos emocionais, resultando em dores físicas (Lisboa, 2024):

[...] eu tenho uma enxaqueca infinita, infinita, eu falo que nunca acaba. (E3)

Embora os discursos sejam objetivos e haja uma relação direta entre os sintomas físicos e as vivências violentas, estudos indicam que um número reduzido de mulheres, vítimas de VPI, busca atendimento em saúde, em especial as que sofreram VP (Vasconcelos *et al.* 2025). Nessa perspectiva, deflagram-se fragilidades quanto às políticas públicas para o enfrentamento desse fenômeno tão complexo.

Observar e analisar os impactos da VP em relação à saúde geral da mulher permite refletir sobre o quanto ela interfere sobremaneira na qualidade de vida com um todo. Muitas vezes, as consequências perduram por longo tempo, causando impactos em suas relações interpessoais, bem como em suas atividades laborais, e levando a uma dependência econômica. Não ter renda própria contribui para que essas mulheres se tornem reféns de seus algozes, dificultando a quebra do ciclo da violência.



4 Considerações finais

O estudo realizado teve por objetivo compreender os significados da VP, sob a perspectiva de mulheres, vítimas de VPI. As narrativas estudadas resultaram em cinco categorias: gênero (1), fatores de vulnerabilidade para violência psicológica (2), ciclo da violência (3), fatores que dificultam a percepção da violência psicológica (4) e, por fim, as consequências da violência psicológica (5).

Compreender o fenômeno da VP no campo da VPI significa também analisar e entender o quanto a violência de gênero se estrutura dentro dessas relações. Entre as narrativas encontradas, notam-se definições calcadas em ideias conservadoras e tradicionais, tendo como base as divisões de tarefas encontradas no núcleo familiar. Tais papéis não somente reforçam determinados *scripts* de como cada pessoa deve se comportar, como também contribuem para manter um sistema que reforça a assimetria de poder, naturalmente instaurada e nem sequer questionada. As diferenças entre os gêneros também produzem efeitos nos fatores de vulnerabilidade, evidenciados na presença de histórico de violência no sistema familiar de origem das vítimas.

O não acesso a recursos financeiros também é um fator decisivo para que as assimetrias entre o casal fiquem evidentes, uma vez que a invisibilidade e restrição laboral de muitas mulheres se baseiam na divisão sexual do trabalho. Os relatos encontrados apontam o quanto a falta de acesso a rendimentos, assim como por vezes o abuso econômico perpetrado pelo companheiro, pode ser uma estratégia de controle para manter tal assimetria relacional.

Compreender como se dão os padrões apresentados pela manifestação da VP e as dificuldades encontradas para romper essa relação são pontos importantes para o entendimento do fenômeno. Há uma certa dificuldade em definir quais comportamentos são identificados como violentos. Assim, evidencia-se o quanto as compreensões dessas mulheres, acerca do fenômeno que vivenciam, perpassam questões que vão desde o sentimento de responsabilidade, manutenção e culpa em relação à VP, isentando, inclusive, o autor da violência.

Em se tratando de fatores que auxiliam na compreensão da existência de VP, os achados encontrados indicam que o seu escalonamento para os demais tipos de violência é uma das questões que tornam o seu estudo preponderante. As narrativas também contribuem para o entendimento do quanto é imprescindível que mulher possua uma rede de apoio favorável, pois ela auxilia, de maneira positiva, para que essas mulheres quebrem o ciclo da violência. A dificuldade se dá quando essa mesma rede de apoio é permeada por questões que envolvem crenças e valores machistas que revitimizam a mulher.



Entre os impactos observados na análise, evidenciam-se aspectos que envolvem a saúde emocional e mental das entrevistadas, além do uso abusivo de álcool, depressão e de transtorno alimentar. Essas consequências refletem o impacto da VP na qualidade de vida das vítimas. Estudar tais impactos permite refletir sobre o quanto eles interferem sobremaneira na qualidade de vida como um todo, inclusive na sua capacidade de trabalho. Além disso, o fato de não terem condições financeiras que lhes possibilitem certa autonomia contribui para que permaneçam reféns na relação, reafirmando o ciclo da violência e a dificuldade em rompê-lo, assim como as mantém submissas diante do controle perpetrado pelo companheiro.

Este estudo teve algumas limitações, como o aprofundamento das narrativas sobre a família de origem dos agressores. Esse fator pode levar a uma interpretação errônea, sugerindo que a responsabilidade pela VD recai exclusivamente sobre os padrões e a naturalização do fenômeno na família de origem da vítima. Essa visão, quando mal interpretada, pode alimentar discursos revitimizadores.

Metodologicamente, a escolha da técnica de recrutamento “bola de neve”, embora permita acesso a grupos específicos, também traz a possibilidade de enviesamento quanto à diversidade dos participantes, bem como aos critérios de saturação de dados alcançados.

Dessa forma, entende-se que o fenômeno da VP por parceiro íntimo é complexo e, embora possa ter um eixo norteador, desdobra-se em inúmeras facetas. Ao serem compreendidas e clarificadas, essas facetas contribuem para o avanço de novas possibilidades no combate e prevenção dessa violência, além de subsidiar a construção de políticas públicas.

Além disso, investir em legislações mais severas e em ações e programas para o esclarecimento da população constitui um forte aliado no combate a essa problemática, uma vez que a rede de apoio é um componente importante para a percepção dessas mulheres, assim como um fator incentivador na quebra desse ciclo de violência. Tais ações possibilitam que não apenas as vítimas rompam o ciclo, mas também minimizem os danos acumulados causados por ele. Nesse contexto, os dados apresentados na pesquisa podem enriquecer a compreensão do tema.

Diante da complexidade e das múltiplas dimensões que envolvem a VP, torna-se imprescindível que futuras investigações ampliem o escopo metodológico por meio da inclusão de uma amostra mais diversificada de participantes, de modo a abranger diferentes contextos socioculturais, faixas etárias, orientações sexuais, níveis socioeconômicos e experiências prévias com situações de violência. Essa ampliação contribuirá para uma compreensão mais abrangente dos impactos da VP em distintos grupos sociais.



Além disso, ressalta-se a relevância de estudos que aprofundem a compreensão dos fatores que influenciam o processo de rompimento com relações abusivas, especialmente no que tange à atuação das redes de apoio – formais e informais – no fortalecimento da autonomia das vítimas. Nesse sentido, é fundamental investigar o papel de dispositivos legais e institucionais que possam favorecer a ruptura desses vínculos violentos, bem como analisar sua efetividade e acessibilidade.

Adicionalmente, destaca-se a importância de explorar a intergeracionalidade da VP, tanto sob a perspectiva de quem a perpetra quanto de quem a vivencia, uma vez que a repetição de padrões comportamentais ao longo das gerações pode representar um fator de risco relevante. Compreender essas dinâmicas poderá subsidiar políticas públicas e práticas preventivas mais eficazes, voltadas à interrupção do ciclo da violência e à promoção de relações mais saudáveis e igualitárias.

Referências

ALBUQUERQUE, K. K. Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-12, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260485>

ALKAN O.; SERCEMELI, C.; OZMOEN, K. Verbal and psychological violence against women in Turkey and its determinants. **PLoS ONE**, South Africa, v. 17, n. 10, e0275950, oct. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0275950>

ALVES, R. C. A.; ANTUNES, M. C. **Mulheres e a tripla jornada de trabalho**. Curitiba: Juruá, 2021.

BAILEY, B. Women's Psychological Aggression Toward an Intimate Male Partner: between the impulsive and the instrumental. **Journal of Interpersonal Violence**, United Kingdom, v. 36, n. 11/12, NP6526-NP6546, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260518815138>

BATTISTA, S.; PAOLINI, D.; PIVETTI, M.; BIONDI, P.; BALSAMO, M.; CARLUCCI, L.; CIGLIANO, I. A.; MAZZONI, S. Emotional abuse among Lesbian Italian women: Relationship consequences, help-seeking and disclosure behaviors. **Journal of Gay & Lesbian Mental Health**, United States of America, v. 25, n. 2, p. 175-207, dec. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/19359705.2020.1843582>

BECKER, A. P. S.; TRIPADALLI, A. P. L.; BOLZE, S. A. Violência conjugal: diferentes olhares epistemológicos e práticas psicoterapêuticas. **Pesquisa e práticas psicossociais**, São João del-Rei, v. 16, n. 3, p. 1-13, jul./set. 2021. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3129. Acesso em: 17 fev. 2025.

BOTT, S.; GUEDES, A.; RUIZ-CELIS A. P.; ADAMS, J. M. La violencia por parte de la pareja íntima en las Américas: una revisión sistemática y reanálisis de las estimaciones nacionales de prevalencia. **Revista Panamericana de la Salud Pública**, United States of America, v. 45, n. 34, p. 1-15, nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.34>



BUTLER, J. P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 22^a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, B. V. **Métodos e procedimentos de pesquisa em ciências humanas e psicologia**. 1. Ed. Curitiba: Editora CRV, 2020.

CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de sars-cov 2/ covid-19 em São Paulo. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 1-20. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240336>

CARHUAZ, E. S.; ÁVILA, M. A.; VIEIRA III, E. A. Experiencias de mujeres convivientes víctimas de violencia psicológica infringido por sus parejas. **Puriq: revista de investigacion científica**, Huanta, v. 4, n. 1, p. 1-17, enero, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37073/puriq.4.1.183>

CASTRO, B.; CHAGURI, M. M. Gênero, tempos de trabalho e pandemia: por uma política científica feminista. **Linha Mestra**, Campinas, v. 14, n. 41, p. 23-31, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34112/1980-9026a2020n41Ap23-31>

CHAKRABORTY, A. “Symbolic violence” and Dalit feminism: Possibilities emerging from a Dalit feminist standpoint reading of Bourdieu. **International Feminist Journal of Politics**, London, v. 5, n. 2, p. 160-178, oct. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616742.2021.1978854>

CINQUEGRANA V.; MARINI, M.; GALDI, S. From Endorsement of Ambivalent Sexism to Psychological IPV Victimization: The Role of Attitudes Supportive of IPV, Legitimating Myths of IPV, and Acceptance of Psychological Aggression. **Frontiers in Psychology**, Switzerland, v. 13, 922814, p. 1-14, jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.922814>

CONCEIÇÃO, T. B.; BOLSONI, C. C.; LINDNER, S. R.; COELHO, E. B. S. Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.23902016>

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510**, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, maio 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CRUMP, T. G. The forgotten survivor: The articulated needs of survivors of psychological and economic abuse who stay. **Violence and Gender**, New Rochelle, v. 7, n. 4, p. 167-174, dec. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1089/vio.2020.0007>

DOKKEDAHL, S.; KRINSTENSEN, T. R.; MURPHY, S.; ELKLIT, A. The complex trauma of psychological violence: cross-sectional findings from a Cohort of four Danish Women Shelters, **European Journal of Psychotraumatology**, Odense, v. 12, n. 1, p. 1-13, feb. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/20008198.2020.1863580>

FERREIRA, M. B. O.; NOGUEIRA, V. A. M.; TRINDADE, P. S. R. L.; LOURENÇO, L. M. Sexismo ambivalente relacionado à violência por parceiros íntimos: uma revisão. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 74, p. 1-24, jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP-2022v74.19545>



FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, aug. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>

GODFREY, D. A.; KEHOE, C. M.; BENNETT, V. E.; POLLARD, D. L.; BABCOK, J. C. Examining the Associations Between Multi-Dimensional Facets of Emotional Abuse and Posttraumatic Stress Disorder Among Trauma Exposed Women. **J Fam Viol**, New York, v. 38, p. 1431-1441, sep. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10896-022-00429-y>

GRZYB, M. A. An explanation of honour-related killings of women in Europe through Bourdieu's concept of symbolic violence and masculine domination. **Current Sociology**, Madrid, v. 64, n. 7, p. 1036-1053, mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0011392115627479>

HAMEL, J.; CANNON, C. E. B.; GRAHAM- KEVA, N. The consequences of psychological abuse and control in intimate partner relationships. **Traumatology Advance**, United Kingdom, v. 30, n. 3, p. 314-326, apr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1037/trm0000449>

HANDCOCK, M. S.; GILE, K. J. Comment: On the Concept of Snowball Sampling. **Sociological Methodology**, Washington, v. 41, n. 1, p. 367-371, oct. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9531.2011.01243.x>

HUANG, W., ZHANG, F.; SUN, X.; YU, Q.; HUANG, J.; SU, Y.; LAN, Y. Association between intimate partner psychological violence and psychological distress among nurses: The role of personality traits and social support. **Frontiers in Psychology**, Switzerland, v. 13, n. 1, p. 1-12, jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.1038428>

IGNJATOVIĆ, T. Violence against the women in intimate partner relationship and institutional responde to women's needs. **Primenjena psihologija**, Novi Sad, v. 12, n. 4, p. 385-408, dec. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.19090/pp.2019.4.385-408>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Atlas da violência- 2024**. Brasília: FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/4600-atlasviolencia2024.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

JOCK, B. W. I.; DANA-SACCO, G.; ARSCOTT, J.; BAGWELL-GRAY, M. E.; LOERZEL, E.; BROCKIE, T.; PACKARD, G.; O'KEEFE, V. M.; MCKINLEY, C. E.; CAMPBELL, J. "We've already endured the trauma, who is going to either end that cycle or continue to feed it?": The Influence of Family and Legal Systems on Native American Women's Intimate Partner Violence Experiences. **Journal of interpersonal violence**, United Kingdom, v. 37, n. 21-22, NP20602-NP20629, mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/08862605211063200>

LAUSI, G.; BARCHIELLI, B.; BURRAI, J.; GIANNINI, A. M.; CRICENTI, C. Italian Validation of the Scale of Psychological Abuse in Intimate Partner Violence (EAPA-P). **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Switzerland, v.18, n. 23, p. 1-14, dec. 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph182312717>

LEITE, F. M. C; VENTURIN B.; AMORIM, M. H. C.; BUBACH, S.; GIGANTE, D. P. Associação entre a violência e as características socioeconômicas e reprodutivas da mulher. **Cad Saude Colet**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 279-289, set./out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202129020387>



LISBOA, L. V. **Dor crônica e violência por parceiro íntimo:** dimensões do macro ao micro, uma escuta das mulheres e profissionais da saúde para entender as políticas públicas em saúde. 2024, 276 f. Tese (Doutorado em saúde pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/143/tde-09092024-085554>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MALDONADO, A. I.; FARZAN-KASHANI, J.; SUN, S., PITTS, S. C.; LORENZO, J. M.; BARRY, R. A.; MURPH, C. M. Psychometric Properties and Factor Analysis of a Short Form of the Multidimensional Measure of Emotional Abuse. **Journal of Interpersonal Violence**, United Kingdom, v. 37, n. 7-8, p. NP4905-NP4930, sep. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260520957668>

MARTINS, V. M.; BARTILOTTI, C. B. “Acabou comigo como pessoa”: a caracterização da violência doméstica a partir da percepção de mulheres violentadas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 16, n. 108, p. 41-59, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8951.2015v16n108p41>

MARTÍNEZ- GONZÁLEZ M. B.; PÉREZ- PEDRAZA, D. C.; ALFARO-ÁLVAREZ, J.; REYES- CERVANTES, C.; GONZÁLEZ-MALABET, M.; CLEMENTE-SUÁREZ, V. J. Women Facing Psychological Abuse: How do they respond to maternal identity humiliation and body shaming? **International Journal of Environmental Research Public Health**, Switzerland, v. 18, n. 12, p. 6627, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph18126627>

MCCARTHY, F. (Mis)recognising the symbolic violence of academically selective education in England: a critical application of Bourdieusian analysis to pupils' lived experiences. **Critical Studies in Education**, Abingdon, ahead-of-print, p. 1-18, sep. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/17508487.2024.2409672>

MEDEIROS, P. B. Divisão sócio sexual do trabalho: naturalizações sociais como estratégia de minimização do estado. **Temporalis**, Brasília, v. 20, n. 40, p. 215-232, jul./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n40p215-232>

MENDES, D. C. B. Considerações elementares da metodologia de análise de conteúdo em pesquisa qualitativa no âmbito das ciências sociais. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, Sant'Ana, v. 2, n. 1, ago. 2018. Disponível em: <https://iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/118>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MSHANA, G.; PETER, E.; MALIBWA, D.; ALOYCE D.; KAPIGA, S. STÖCKL, H. Masculinity, power and structural constraints: Men's conceptualization of emotional abuse in Mwanza, Tanzania. **Social Science & Medicine**, Kidlington, v. 292, 114606, p. 114606, jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2021.114606>

NEPPL, T. K.; LOHMAN, B. J.; SENIA, J. M.; KAVANAUGH, S.; CUI, M. Intergenerational Continuity of Psychological Violence: Intimate Partner Relationships and Harsh Parenting. **Psychology of violence**, Whashington, v. 9, n. 3, p. 298-307, may. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1037/vio0000129>

OFLAZ, Ç.; TOPLU-DERMITAS, E.; ÖSTEMÜR, G.; FINCHMAN, F. D. Feeling Guilt and Shame Upon Psychological Dating Violence Victimization in College Women: The Further Role of Sexism. **Journal of interpersonal violence**, United Kingdom, v. 38, n. 1-2, p. NP1990-NP2016, jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/08862605221097443>

OLIVEIRA, C. S.; DELZIOVO, C. R.; LUIZ, C. L. **Atenção a homens e mulheres em situação de violência por parceiro íntimo**. 2. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2018.



OLIVEIRA, A. S. L. A.; MOREIRA, L. R.; MEUCCI, R. D.; PALUDO, S. S. Violência psicológica contra a mulher praticada por parceiro íntimo: estudo transversal em uma área rural do Rio Grande do Sul, 2017. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 30, n. 4, p. 1-12, jan./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000400017>

PERELBERG, R. L.; MILLER, A.C. **Os sexos e o poder nas famílias**. 1^a. Ed. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

PORTELA, Y. Violência psicológica: dificuldade em romper o vínculo afetivo em uma relação conjugal violenta. **Sexualidade humana**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 53-62, jul./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.987>

QUEIROZ, K. I. **A incidência do controle coercitivo entre casais heterossexuais e a violência conjugal**. 2023. 95f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/33776>. Acesso em: 17 fev. 2025.

RAMOS, A. L. S. **Violência psicológica contra a mulher: dano emocional e aspectos criminais**. 3. ed. Florianópolis: Emais Editora, 2022.

REIS, U. F. C.; MASSUKADO-NAKATANI, M. S. O trabalho de cozinheiras, cozinheiros e chefs em cozinhas profissionais: reflexões a partir da perspectiva de gênero. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 10, n. 3, p. 417-436, set./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2022v10n3ID26902>

RODRIGUES, T. D. F.; SARAMAGO DE OLIVEIRA, G.; ALVES DOS SANTOS, J. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**, Uberlândia, v. 2, n. 1, p. 154-174, dez. 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/49>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SAFIOTTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2021.

SAMUEL, C. Symbolic Violence and Collective Identity: Pierre Bourdieu and the Ethics of Resistance. **Social Movement Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 1, n. 4, p. 397-413, aug. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/14742837.2013.823345>

SANTAMBROGIO, J.; COLMEGNA, F.; TROTTA, G.; CAVALLERI, P. R.; CLERICI, M. Intimate partner violence (IPV) e fattori associati: una panoramica sulle evidenze epidemiologiche e qualitative in letteratura [Intimate partner violence (IPV) and associated factors: an overview of epidemiological and qualitative evidence in literature. **Rivista di psichiatria**, Pisa, v. 54, n. 3, p. 97-108, may./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1708/3181.31598>

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721c>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SILVA, G. R.; ANTUNES, M. C. El discurso de las mujeres en un programa de prevención de la violencia en una universidad. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 43, n. 104, p. 64-76, nov. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5935/2176-3038.20230007>

SILVA JÚNIOR; F. J. G.; MONTEIRO, C. F. S.; SALES, J. C. S.; COSTA, A. P. C; TEIXEIRA, M. I. R.; SANTOS, C. A. P. Ideação suicida em mulheres e violência por parceiro íntimo. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. e54288, maio. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/54288>. Acesso em: 17 fev. 2025.



SIQUEIRA, A. C.; ROCHA, E. S. S. Violência Psicológica contra a Mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, Macapá, v. 2, n. 1, p. 12-23, jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5935/2595-4407/rac.immes.v2n1p12-23>

SOARES, K. T. The banalization of symbolic violence and its relationship with hate crimes. **Forensic Res Criminol Int J**, Oklahoma, v. 12, n. 3, p. 196-197, jul. 2024. DOI: <https://doi.org/10.15406/frcij.2024.12.00418>

SOLINAS- SAUNDERS, M. Perpetration and Victimization of Emotional Abuse and Controlling Behaviors in a Sample of Batterer Intervention Program's Participants: An Analysis of Stressors and Risk Factors. **Crime & Delinquency**, Massachusetts, v. 68, n. 2, p. 206-231, mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/0011128721999349>

SONG-CHOI, P. J.; WOODIN, E. M. Stress, attributions, and hostility as predictors of psychological intimate partner violence at the transition to parenthood. **Psychology of Violence**, Washington, v. 11, n. 6, p. 559-568, mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1037/vio0000383>

SOUSA J. R.; SANTOS, S. C. M. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>

STERN, E.; GIBBS, A.; WILLAN, S.; DUNKLE, K.; JEWKES, R. 'When you talk to someone in a bad way or always put her under pressure, it is actually worse than beating her': Conceptions and experiences of emotional intimate partner violence in Rwanda and South Africa. **PLoS ONE**, San Francisco, v. 14, n. 11, p. 1-19, nov. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0225121>

TAVARES, C. Q.; MASSUCHIN, M. G.; SOUSA, N. N.; SILVA, G. A. Comunicação e Gênero como área de pesquisa: características e desenvolvimento dos estudos a partir da análise bibliométrica. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 83-102, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442021305>

THAPAR-BJÖRKERT, S.; SAMELIU, L.; SANGHERA, G. S. Exploring Symbolic Violence in the Everyday: Misrecognition, Condescension, Consent and Complicity. **Feminist Review**, London, v. 112, n. 1, p. 144-162, feb. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1057/fr.2015.53>

TOPLU-DERMITAS, E.; HAITIPOGLU-SÜMER, Z. Aggression begets aggression: Psychological dating aggression perpetration in young adults from the perspective of intergenerational transmission of violence. **Current Psychol**, New York, v. 42, p. 11539-11551, nov. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12144-021-02461-5>

VASCONCELOS, N. M.; GOMES, C. S.; SOUZA, J. B.; ANDRADE, F. M. D.; BERNAL, R. T. I.; MACHADO, E. L, *et al.* Quem são as mulheres adultas expostas à violência no Brasil? **Rev. Saude Pública**, São Paulo, v. 58, n. 8, p. 1-15. 2025. DOI: <http://doi.org/10.11606/s1518-8787.2025059005701>

VILLAGRÁN, A. M.; MARTIN-FERNANDEZ, M.; ENRIQUE GRACIA, M. L. Validación de la escala de gravedad percibida de la violencia de pareja contra la mujer en población ecuatoriana. **Ver. latinoam. psicol.**, Bogotá, v. 55, p. 29-37, dec. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14349/rlp.2023.v55.4>

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Tematicas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>



VOLKMANN, F.; SILVA, E. A Violência Psicológica contra a mulher lei 11.340/2006: Lei Maria da Penha. **Cadernos Zygmunt Bauman**, São Luís do Maranhão, v. 10, n. 23, p. 151-173, set. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/14116>. Acesso em: 17 fev. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Preventing violence: a guide to implementing the recommendations of the World report on violence and health**. Geneva: WHO, 2008. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/43014>. Acesso em: 17 fev. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO; UNITED NATIONS INTER-AGENCY WORKING GROUP ON VIOLENCE AGAINST WOMEN ESTIMATION AND DATA (UNICEF, UNFPA, UNODC, UNSD, UNWomen). **Violence against women prevalence estimates, 2018**. Global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women. Geneva: WHO, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **World report on violence and health**. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9241545615>. Acesso em: 17 fev. 2025.

YONA-DRORI, O.; BEM-SHLOMO, S. Addiction to bing eating among women in psychologically abusive relationships: The moderating role of defense mechanisms. **Health Care for Women International**, Philadelphia, v. 42, n. 10, p. 1183-1198, nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/07399332.2020.1764565>

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em: 17 de fevereiro de 2025.

Aceito em: 27 de junho de 2025.